

Veja

23/6/1976

TRABALHO

Sem proteção

Durante dez meses, técnicos da Secretaria de Emprego e Salários do Ministério do Trabalho pesquisaram a situação dos "trabalhadores rurais volantes", ou "bóias-frias" — um contingente de 6,8 milhões de brasileiros —, segundo estatísticas de 1972, as últimas disponíveis. O resultado foi um grosso relatório encaminhado no começo deste mês ao ministro Arnaldo Prieto que não escondeu sua decepção diante do que considerou a "inexpressividade das conclusões": de fato, o documento apenas recomenda a formação de uma comissão mista reunindo representantes de empregados, empregadores e do próprio governo "para solucionar, de forma objetiva, o magno problema do trabalhador rural volante".

Este raquítico parecer final acabou adiando por mais noventa dias as soluções prometidas pelo governo federal para a questão dos "bóias-frias". Por isso, até setembro, o Ministério do Trabalho deverá patrocinar novas pesquisas no interior de São Paulo, Paraná e Pernambuco — onde estariam concentrados os mais numerosos grupos de trabalhadores volantes —, e também examinar sugestões especialmente encomendadas a outras entidades ligadas ao problema, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), já as voltas com os últimos retoques no seu diagnóstico sobre a situação dos "bóias-frias", solicitado por Prieto no mês passado.

Definição e propostas — O documento da Contag, que nos próximos dias deverá ser engrossado com novas propostas das federações estaduais, apresenta, pelo menos, uma definição do "bóia-fria". Tecnicamente, ele é "o trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, via de regra não registrado, remunerado por tarefa, empreitada ou por dia, aliciado por agenciadores ou fazendeiros, geralmente transportado diariamente por caminhões, apresentando instabilidade de emprego".

De 1972 para cá, naturalmente, o número de trabalhadores assim definidos cresceu — a ponto de convencer os dirigentes da Contag de que só uma ampla reforma agrária poderá conseguir a definitiva erradicação dos "bóias-frias". Antes disso, porém, outras medidas certamente poderiam eliminar alguns dos múltiplos transtornos que afligem o cotidiano desses trabalhadores rurais. Assim, entre outras propostas e reivindicações, o documento sugere o imediato endurecimento da fiscalização mantida pelo Ministério, sobretudo para que os volantes sejam conduzidos aos sítios e às fazendas em meios de transporte mais seguros. E propõe que os benefícios tributados aos trabalhadores permanentes — como indenizações, férias, 13º salário e todo o leque de garantias previdenciárias — sejam urgentemente estendidos aos "bóias-frias".

Por sua vez, alguns assessores ministeriais confidenciam que, entre as providências saneadoras em estudo, estão incluídas a formação de cooperativas dirigidas pelos próprios trabalhadores — que finalmente poderiam dispensar a mediação dos vorazes agenciadores de seu trabalho, os "gatos" — e a regulamentação da profissão. Com isso, os "bóias-frias" ganhariam um nome definitivo, vínculos empregatícios mais sólidos e os reclamados benefícios legais. Antes de setembro, porém, nenhuma dessas idéias deverá ser posta em prática pelo Ministério do Trabalho.

Salto demográfico — Enquanto os socorros federais não vêm, resta esperar que os campos não sejam novamente afetados por ciladas meteorológicas, como a devastadora geada de julho do ano passado, que provocou bruscas ondas de desemprego entre os 400 000 "bóias-

frias" do norte do Paraná. Tangidos de fazendas onde os cafezais haviam sido queimados, muitos migraram para os canteiros de obras das usinas hidrelétricas, enquanto outros empreendiam incertas viagens para zonas menos castigadas. Milhares deles, contudo, limitaram-se a engrossar as periferias das maiores cidades da região, especialmente Londrina, a "Capital do Norte", com seus 320 000 habitantes.

Nas imediações da Universidade Estadual de Londrina, por exemplo, o soturno bairro Novo Bandeirantes tem acusado perturbadores saltos demográficos com a chegada de mais e mais "bóias-frias". Os primeiros barracos foram erguidos há oito anos. Hoje, vivem ali 3 000 trabalhadores rurais, segundo números oficiais, ou mais de 5 000, de acordo com os próprios moradores. E quase todos chegaram ao lugar por caminhos semelhantes aos percorridos por Lourdes Pereira Galvão, 25 anos, que passa os dias cuidando de nove filhos, todos com idade inferior a 10 anos, além de duas crianças "que a vizinha pediu para deixar aqui".

Há um ano, resume Lourdes, seu marido perdeu o emprego numa fazenda do município "porque o café acabou" e todos migraram para o Novo Bandeirantes. Ele agora trabalha numa fazenda perto de Curitiba, a 400 quilômetros de Londrina, e visita a família uma vez por mês — para deixar, segundo Lourdes, "o dinheiro do aluguel e alguns trocados para a gente comer". Os barracos do Novo Bandeirantes são alugados por 350 cruzeiros mensais. E, segundo o corretor de imóveis Roque Maroni, que se orgulha de ter ajudado o bairro a nascer, não existem moradias desocupadas. "Quase todo dia", explica Maroni, "aparece gente querendo ficar por aqui."

(Página 25)